

3 - Vulnerabilidade masculina, curso de vida e moradia urbana um dilema para homens adultos de bairros populares

Parry Scott

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCOTT, P. Vulnerabilidade masculina, curso de vida e moradia urbana: um dilema para homens adultos de bairros populares. In: GOMES, R., org. *Saúde do homem em debate* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 75-110. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Vulnerabilidade Masculina, Curso de Vida e Moradia Urbana: um dilema para homens adultos de bairros populares¹

Parry Scott

Como explorar as conexões entre o espaço urbano e o espaço doméstico a partir das vivências das pessoas de bairros populares? Quais as implicações para a saúde do homem?

Com base em análise de dados censitários da cidade do Recife e em experiências etnográficas em diferentes comunidades da cidade, argumenta-se que homens entre 40 e 45 anos que residem em bairros populares experimentam um aumento da vulnerabilidade social e individual. Essa vulnerabilidade é mascarada por uma prática de negação decorrente de eles mesmos não admitirem a perda do controle sobre o domínio doméstico e, especialmente, sobre as mulheres.

Defende-se, aqui, que a combinação de exogamia feminina e trabalho doméstico para fora produz efeitos cumulativos que paulatinamente impedem os homens de exercerem as suas práticas prediletas de manterem as suas casas sob controle, desejando tornarem-se patriarcas de pequenos patrimônios.

Três fenômenos ocorrem: 1) a circulação de mulheres para fora dos bairros populares permite acesso a recursos materiais e relacionais; 2) essas mulheres formam redes femininas de informações, recursos e serviços que as colocam como controladoras de circuitos que valorizam mais as mulheres do que os homens dos bairros populares, o que acentua a

¹ A elaboração de um trabalho para o seminário internacional Os Jovens e a Cidade no Recife em março de 2002, ampliado, revisado e publicado em Scott e Franch (2004) e o trabalho de campo para a pesquisa Estilos Reprodutivos e Organizações Reprodutivos, com apoio da Fundação Ford, serviram como base inicial da reflexão aqui apresentada.

vulnerabilidade individual e social² e redonda em vulnerabilidade programática, sobretudo na área de saúde.

Para apoiar esse argumento, é preciso esboçar algumas indagações sobre a mensurabilidade dos dados, discutindo as potencialidades das articulações entre duas diferentes fontes de dados (censitários e etnográficos) e buscando as repercussões potenciais dessas articulações para compreender a inserção de homens de bairros populares da cidade em redes de serviços de saúde e das vulnerabilidades às quais eles estão expostos.

Em diversas experiências de pesquisa em áreas urbanas, a ideia de ciclos domésticos, bastante utilizada em estudos de sociedades camponesas (Chayanov, 1966) e de sociedades tradicionais (Meyer Fortes, 1958), tem servido para estabelecer diferenças sobre as vivências na cidade. A ideia de ciclo doméstico, que pressupõe alguma regularidade na formação das famílias ao longo da vida das pessoas que as compõem, tem gerado discussão, produzindo polêmica sobre a sua aplicabilidade a realidades urbanas contemporâneas.

Alguns autores, diante disso, preferindo lidar com ideias de curso de vida ou outras formas aproximativas da noção, buscam conferir maior destaque à dimensão individual neste processo social coletivo.

Ainda neste debate, há um conjunto de autores que eloquentemente defendem a procura da variabilidade dentro de estruturas que aparentam ser limitantes. Internacionalmente, Jennifer Johnson-Hanks (2002) trabalha com a ideia de *vital conjunctures*, que realça mais a subjetividade das experiências vividas e menos a própria sequência de categorias fundamentadas em faixas etárias.

Outra autora que revisa a literatura sobre ciclos e cursos de vida, Elaine Muller (2008), focaliza as oscilações do que ela chama de "transições" nas vidas de pessoas. Segundo ela, as pessoas identificam de forma bastante solta as transições, ou fases, que estão vivendo, como mais associadas à idade adulta ou à juventude, o que torna ambas as categorias altamente

² Segundo Hermes Junior (2010): "podemos definir a vulnerabilidade individual como o conhecimento (ou não) acerca do agravo e a existência de comportamentos que oportunizam a ocorrência da doença. No plano institucional ou programático, a vulnerabilidade está associada à existência de políticas e ações organizadas para enfrentar o problema. E, finalmente, a vulnerabilidade social avalia a dimensão social do adoecimento, utilizando-se indicadores capazes de revelar o perfil da população no que se refere ao acesso à informação, gastos com serviços sociais e de saúde, acesso aos serviços de saúde, dentre outros. A vulnerabilidade social pode ser entendida, portanto, como um espelho das condições de bem-estar social".

flexíveis. Mônica Franch (2008), ao remeter a atenção para a vivência de tempo social, também valoriza as adesões diferentes que pessoas, frequentemente em condições sociais semelhantes, fazem à ideia de 'tempo' para ordenar a compreensão do andamento do curso de vida. Dessa forma, cria-se uma multiplicidade de trajetos, cursos ou ciclos possíveis, conferindo mais agência aos sujeitos pesquisados. Nas pesquisas realizadas em Recife, Dalsgaard, Franch e Scott (2008) realçam o quanto a vida vivida se afasta de padrões e modelos idealizados.

Estes estudos são alertas fundamentais para não se aderir plenamente à ideia quase mecânica de haver um ciclo ou curso estruturante e repetitivo. Entretanto, considerando-se as regularidades que aparecem em dados quantitativos, não convém anular o poder interpretativo da ideia de curso de vida em nome de um excesso de respeito à subjetividade de indivíduos que, pela sua idade ou experiência de vida, potencialmente se inserem em fases semelhantes.

Assim, examinam-se aqui dados do Censo 2000, mas sempre recorrendo a algumas observações de trabalhos etnográficos. A partir de um olhar panorâmico usando dados censitários sobre espaços da cidade do Recife, dividem-se os bairros ou comunidades pobres e bairros ou comunidades ricas. Os dados etnográficos se atêm ao fluxo de pessoas e recursos entre estes dois espaços (bairros ou comunidades pobres e ricas), buscando entender como homens e mulheres vivem o cotidiano e estabelecem relações de gênero associadas à vivência de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, com foco nas questões de saúde masculina.

A ideia de curso de vida contém uma flexibilidade suficiente que ajuda a interpretar a experiência diferenciada de gerações e de gênero no espaço urbano, sem desprezar por inteiro a ideia de ciclos. Assim, podem-se observar algumas diferenças na construção de redes de sociabilidade de jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos, e as suas consequências para a vida cotidiana e a saúde dos homens, a partir de dados sobre a proporção de homens e mulheres que residem em domicílios em espaços urbanos diferenciados por renda e tipo de residência.

Entende-se que dados quantitativos, pela própria natureza, carecem de algumas informações relacionadas a conexões lógicas necessárias para compreender mais plenamente as relações entre os processos em pauta. Como é que homens e mulheres de idades e experiências de cursos de vida diferentes circulam entre bairros e produzem e circulam recursos

para constituir patrimônios que contribuem para relações de gênero e vulnerabilidades diferentes? Dados etnográficos acumulados em uma multiplicidade de estudos no Recife e em outras cidades do Brasil permitem elaborar interpretações plausíveis acerca do problema.

Diferentes formas de sociabilidade geracionais e de gênero sugerem que haja uma relação com a construção de patrimônios domésticos ao longo do curso da vida. Scott (1990) enfatiza que 'ciclos domésticos' vividos são estruturalmente diferenciados para homens e para mulheres. Esta diferença é fundamental para entender o que designamos aqui vulnerabilização masculina e controle da circulação de mulheres como fazendo parte da construção de patrimônios com legitimidade moral. Em alguns aspectos, a ideia é antiga, mas a roupagem talvez nem tanto. A combinação de quebras no ciclo doméstico e a resistência a elas sinalizam momentos-chave para o rearranjo de relações entre homens e mulheres que estabelecem os próprios cursos de vida dentro do campo de possibilidades que se apresentam.

A flexibilidade histórica de arranjos conjugais e residenciais, inclusive diante de um incremento atual notável de separações e divórcios, promove descontinuidades na vivência de ciclos domésticos para homens e mulheres. Para os homens, que costumam não ficar com os filhos em uma separação, é mais fácil que esta descontinuidade os leve a iniciar outro ciclo com uma nova parceira. Diferentemente, as mulheres encontram formas de significar a continuidade da sua aliança no espaço doméstico entre mãe, filhos e outras parentas solidárias, secundarizando, ainda sem desmerecer o valor, a relação afetivo-sexual de *status* doméstico com outro parceiro.

Não é somente a vivência com rumos distintos nos cursos de vida que merece atenção para compreender as vivências diferenciadas entre homens e mulheres. A relação entre bairros e movimentos populacionais de gênero, geração e recursos materiais e não materiais também são importantes para entender este fenômeno.

As vulnerabilidades vividas variam ao longo dos cursos de vida, o que reflete instâncias diferentes da vulnerabilidade social costumeiramente experimentadas pelas camadas populares. A vulnerabilidade entre integrantes de outras camadas, com mais acesso a recursos, não segue o mesmo padrão nos seus cursos de vida. Alguns aspectos da vulnerabilidade social de camadas populares se evidenciam através de uma vulnerabilidade programática, ou seja, através da fraqueza ou inexistência de programas destinados a combatê-la.

Quando os homens, individualmente, sentem-se impedidos de alcançarem suas expectativas de vida e sociabilidade, de acordo com as idades e grupos de convivência, estão manifestando uma vulnerabilidade que é uma condição repetida entre integrantes das camadas populares.

Quando se acrescentam as relações de gênero como lente para observar esta vulnerabilidade de homens, observa-se uma ocultação do problema, por se tratar de uma esfera caracterizada pelo esforço dos próprios homens de preservarem um discurso de dominação masculina.

Um programa para promover a equidade social e sanar esta vulnerabilidade masculina em certos momentos do curso de vida enfrenta a possibilidade de interpretação crítica das suas ações como realizadas com a intenção de reforçar a dominação masculina. Isto potencializa a intensificação da vulnerabilização programática.

Na primeira parte deste capítulo, dados censitários sobre diferentes tendências na proporção de mulheres e homens residindo em bairros pobres e bairros nobres da cidade do Recife inspiram uma busca de uma interpretação plausível. Na segunda parte, descreve-se a circulação de homens e mulheres entre residências e entre bairros em relação a diferentes faixas etárias, procurando identificar quem controla o fluxo de pessoas e de recursos e a sua relação com a construção de significados para a vivência do espaço da casa, configurando-se como "jogos sérios" (Ortner, 2007, 1996), que resultam em uma vulnerabilização com lados femininos e masculinos, ressaltando o lado masculino. Por fim, procura-se entender parte da relação entre homens e serviços de saúde como relacionada com os processos discutidos, realçando as ideias de vulnerabilidade, circulação e relações de gênero.

Moradia urbana, renda e domicílios

A divisão da cidade em bairros não é aleatória. É uma delimitação aproximada de territórios entre classes ou segmentos sociais diferenciados, permeada por implicações variadas da vivência de gerações e de gênero na construção de patrimônios domésticos. Quem anda pela cidade identifica rapidamente alguns bairros que ostentam riqueza e outros que denotam pobreza. São várias características que distinguem os bairros, mas, ao procurar um elemento que repetidamente marca as diferenças, nada é mais evidente do que a própria residência.

Na configuração específica do Recife, isto se vê quando se comparam bairros com altas porcentagens de apartamentos com outros bairros com altas porcentagens de casas.

Em muitos bairros, os proprietários organizaram um esquema de segurança à parte, com portarias, guardas, sistemas de vigilância interna, estacionamentos gradeados, e muitas outras medidas que separam o morador de um contato mais próximo com a rua. As redes de amizade se formam através de contatos telefônicos, Internet, encontros em *points* de acordo com as preferências das diversas faixas etárias, redes de parentes e de amigos que podem ser acionadas estrategicamente em reforço ao capital social e cultural dos residentes.

A separação física entre apartamentos e entre prédios de apartamentos singulariza, ou particulariza, as redes de sociabilidade, de cordialidade, de trocas, de reciprocidade e de ajuda mútua destas populações. Designam-se aqui como 'bairros nobres', adotando um termo popular que resume a condição destes bairros.

Os bairros com casas individuais não são bairros de pequenas fortalezas domésticas – mesmo que se tente separá-las com muros repletos de cacos de vidro, pregos e ganchos especialmente fabricados para impedir a passagem dos não convidados. Prevaecem nesses bairros habitações modestas, de materiais muito diversos e às vezes precários. Há muito mais interação entre estas casas cujas dimensões são suficientemente limitadas para não estimularem nem um confinamento prazeroso intramuros (como acontece em apartamentos confortáveis e bem aparelhados com móveis e eletrodomésticos diversos) nem um isolamento unirresidencial. A convivência entre vizinhos se agrega aos contatos entre parentes e amigos, formando redes em que a criação de relações de solidariedade, ajuda mútua e 'fofoca' envolvem uma maior coletivização na negociação permanente com os vizinhos, amigos e parentes. Usando os mesmos critérios de nomeação para a categoria anterior, estes se designam como 'bairros populares'.

Na Tabela 1, percebe-se o quanto o tipo de moradia reflete diferenças de nível socioeconômico. Selecionaram-se cinco regiões político-administrativas da cidade do Recife e, com base nos microdados do Censo 2000, bairros contrastantes: o bairro com a maior proporção de apartamentos entre as suas residências particulares (nobre), e o bairro com a maior proporção de casas individuais entre as suas residências (popular).

Tabela 1 – Proporção de moradia em apartamentos e renda média segundo bairros contrastantes de algumas regiões político-administrativas. Recife – 2000

RPA - local/bairro	Moradia -apartamentos/ Total de residências	Renda média (R\$)	Renda mediana (R\$)
Recife (total)	19,0	1.024	350
RPA 1 - Soledade	93,4	1.756	1.200
RPA 1 - Joana Bezerra	0,01	233	151
RPA 2 -Encruzilhada	53,4	1.820	1.200
RPA 2 - Peixinhos	0,01	243	157
RPA 3 - Graças	92,1	3.658	3.000
RPA 3 - Brejo de Cuabiraba	0,001	291	186
RPA 4 - Madalena	44,1	1.869	1.000
RPA 4 - Torrões	0,017	409	239
RPA 6 - Boa Viagem	78,1	3.012	2.000
RPA 6 - Cohab (Ibura)	0,001	371	250

Obs.: 1) Os bairros contrastantes foram escolhidos de acordo com a proporção de moradores em apartamentos, incluindo o bairro com a maior e a menor proporção em cada região político-administrativa. A RPA 5, por não possuir nenhum bairro de marcada presença de apartamentos, não coube na divisão nobre-popular empregada aqui. Os bairros populares, com baixa proporção de apartamentos estão sombreados, e os bairros nobres deixados em branco, para facilitar a leitura comparativa da tabela.

2) As rendas (média e mediana) são do responsável pela família.

Fonte: Com base em dados do Observatório PE (2002).

Geração, patrimônios domésticos e redes

Para falar de gerações, representando indiretamente diferentes pontos nos cursos de vida, selecionaram-se algumas faixas etárias para ver a proporção que cada uma delas representa no total da população do bairro. Assim, no linguajar dos ciclos domésticos, identifica-se da seguinte forma a proporção da população com faixas etárias que correspondem a fases diferentes pelas quais passam os grupos domésticos:

- 1) em fases de expansão: primeira infância (0 a 4 anos) – casais jovens com filhos pequenos;

- 2) em fases potenciais de dispersão: jovens (15-19 anos) – casais de variadas idades com filhos procurando moradias independentes;
- 3) em fases coexistentes de expansão e dispersão: adultos (40-44 anos) – casais em idade produtiva responsáveis por grupos domésticos com alguns filhos em casa e outros fora;
- 4) em fases avançadas de dispersão ou substituição: idosos (60-64 anos) – casais e indivíduos vivendo várias recomposições de arranjos domésticos;
- 5) em fases mais avançadas de dispersão ou substituição: muito idosos (acima de 80 anos) – casais e indivíduos longevos mais sujeitos a dependência e recomposições de arranjos domésticos.

A Tabela 2 e os Gráficos de 1 a 5 apresentam estes dados e, junto com alguns estudos de casos independentes que ressaltam tais questões, servem como base para interpretações de diferenças por meio de registros etnográficos.

Tabela 2 – Gerações, bairro de moradia e porcentagem da população total. Recife – 2000

RPA - local/bairro	% primeira infância 0-4 anos	% jovens 15-14 anos	% adultos 40-44 anos	% idosos 60-64 anos	% idosos acima de 80 anos
Recife (total)	8,3	10,2	6,6	2,9	1,2
RPA 1 - Soledade	3,2	9,1	7,3	4,2	2,5
RPA 1 - Joana Bezerra	12,9	11,1	5,4	1,9	0,7
RPA 2 - Encruzilhada	5,3	9,4	7,1	4,4	3,0
RPA 2 - Peixinhos	12,0	11,2	5,1	1,6	1,1
RPA 3 - Graças	4,9	10,6	8,2	3,8	2,2
RPA 3 - Brejo de Guabiraba	10,1	11,4	5,3	2,4	0,6
RPA 4 - Madalena	6,9	9,7	7,5	2,8	1,9
RPA 4 - Torrões	9,3	11,0	6,1	2,2	0,7
RPA 6 - Boa Viagem	5,8	9,8	7,6	3,7	1,6
RPA 6 - Cohab (Ibura)	9,3	11,0	5,9	2,4	0,7

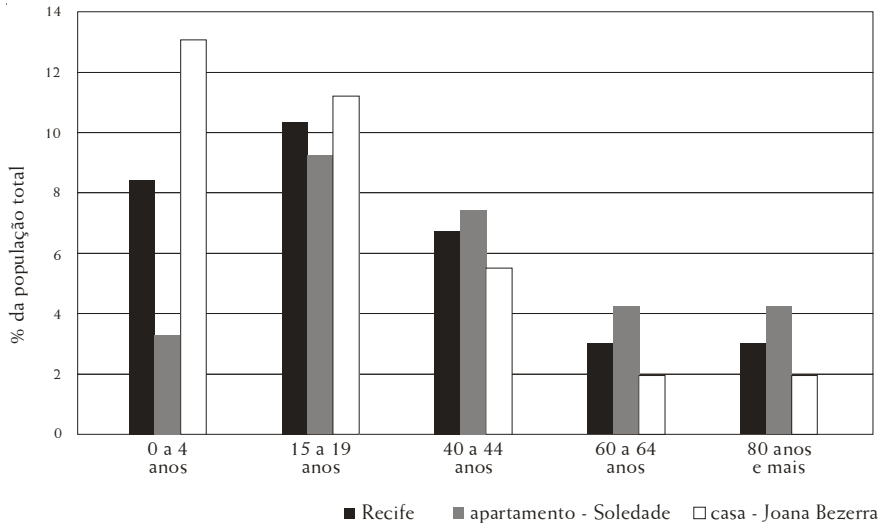
Fonte: Com base em dados do Observatório PE (2002).

Como os bairros em contraste por região administrativa variam muito no total da sua população (o menor com 2.201 habitantes e o maior com 100.388), faz pouco sentido agrupar os números para tratar todos os bairros nobres como um bloco e todos os bairros populares como outro bloco. O mais importante é perceber a repetição do padrão de contrastes por região administrativa, de acordo com distribuição de algumas faixas etárias nos diferentes bairros (Gráficos de 1 a 5).

Antes de comentar os dados, é importante ressaltar que o detalhamento dos dados do Censo 2000 não permite o tratamento da idade de acordo com a relação com o responsável pela casa, o que seria ideal para dar mais consistência aos argumentos sobre ciclos domésticos. Os dados censitários dizem respeito à população residente (não a domicílios) e, assim, requerem certa criatividade interpretativa que exige maiores comprovações para que se possa realizar afirmações mais confiáveis sobre estes processos.

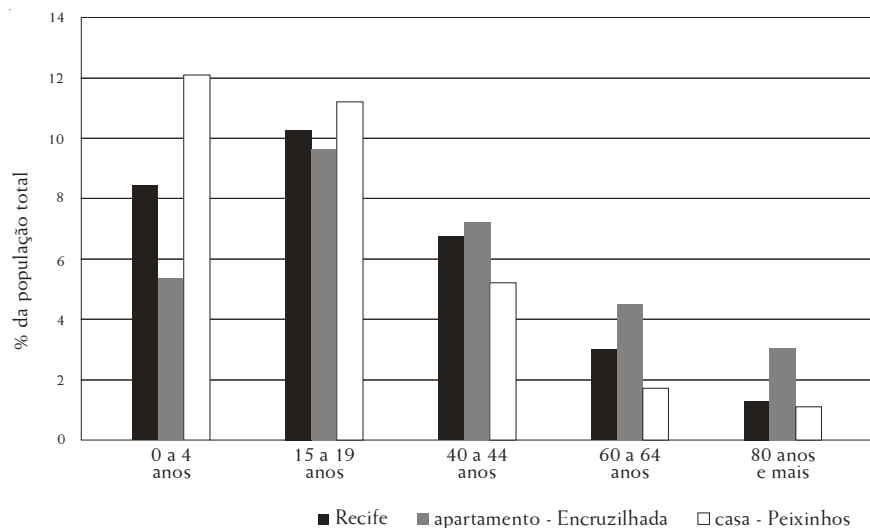
Gráfico 1 – Idade em bairros contrastantes de moradia.

RPA 1 – Recife – 2000



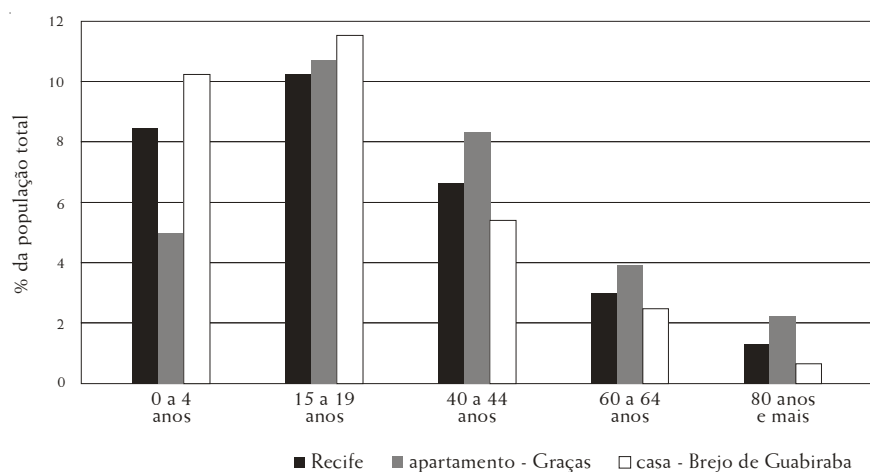
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 2 – Idade em bairros contrastantes de moradia.
RPA 2 – Recife – 2000



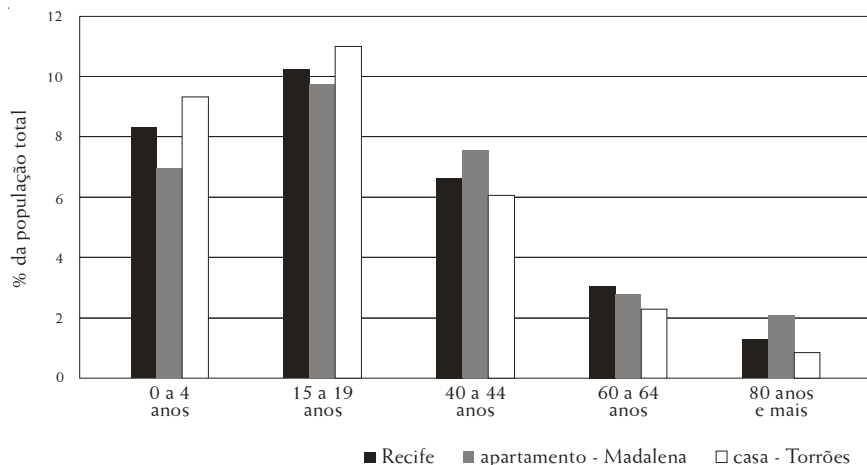
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 3 – Idade em bairros contrastantes de moradia.
RPA 3 – Recife – 2000



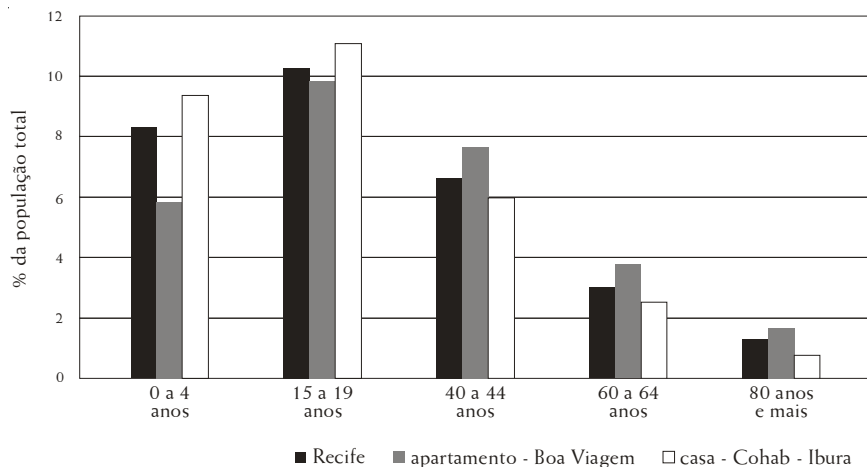
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 4 – Idade em bairros contrastantes de moradia.
RPA 4 – Recife – 2000



Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 5 – Idade em bairros contrastantes de moradia.
RPA 6 – Recife – 2000



Fonte: Observatório PE (2002).

Atendo-se inicialmente às regularidades em todos os locais, é possível identificar nitidamente a influência da queda de fecundidade em quase todas as populações, refletindo a tendência geral da população total

da cidade. Desta forma, há mais população jovem (15-19 anos) do que população na primeira infância (0-4 anos). Apenas na Ilha de Joana Bezerra e em Peixinhos é que se verifica uma maior proporção da população na primeira infância do que na juventude. As faixas etárias acima de 40 anos obedecem à clássica estrutura piramidal da população, diminuindo à proporção da população total com o avanço da idade.

Os contrastes entre os bairros nobres e bairros populares são extraordinariamente repetitivos. Veja por faixa etária.

A presença de uma maior proporção de pessoas entre 0-4 anos implicaria um maior número de domicílios em fase de expansão e uma sobrecarga nos jovens pais responsáveis por estas casas. Nos bairros populares, estes números relativos de jovens presentes são sistematicamente maiores do que nos bairros nobres, inclusive sendo proporcionalmente mais do que o dobro em três dos cinco pares de bairros comparados.

Quando se passa para os jovens de 15-19 anos, que podem estar estudando, trabalhando, procurando trabalho, namorando, formando casas próprias ou se mantendo nas casas dos pais, as proporções de jovens entre a população dos bairros nobres e os populares se aproximam levemente, ainda que os populares detenham maiores proporções. Os bairros populares sempre estão ligeiramente acima da média para o Recife como um todo em quantidade de jovens, ao passo que os bairros nobres sempre estão ligeiramente abaixo dessa média.

Isto pode sugerir que, entre 1980 e 1985, a queda da fecundidade ainda não tivesse marcado tão profundamente a estrutura da população, e que tanto a população dos bairros populares quanto a dos bairros nobres precisam lidar com um contingente razoável de jovens e das suas demandas (pelo menos em 2000). Em outro estudo, com esta mesma base de dados, verificou-se que é na faixa de 20 a 24 anos que a população dos bairros nobres começa a ultrapassar, proporcionalmente, a dos bairros populares (Scott & Franch, 2004).

As razões de isto ocorrer nesta faixa etária não são claras nos dados em si, mas, entre as possibilidades, há: 1) fluxos migratórios de mais jovens populares à procura de empregos em locais mais distantes dos bairros, 2) a permanência de jovens, para continuarem os estudos, na casa dos pais nos bairros nobres; 3) uma maior mortalidade entre os jovens dos bairros populares. Estes processos são determinantes para o que se discutirá mais adiante.

A faixa da população de 40 a 45 anos está em plena idade adulta e aproxima-se ao final da sua idade reprodutiva, se esta não tiver sido encerrada, via ligaduras, em idades mais novas, para as mulheres, e via vasectomia, para os homens. Nos bairros nobres, esta população adulta está sempre acima da proporção da mesma idade que mora em bairros populares, como se vê na Tabela 2. Nela, pode-se observar que, nos bairros nobres, a população dessa idade oscila entre 7,1% e 8,2% da total do bairro, ao passo que, nos bairros populares, a oscilação se dá entre 5,1% e 6,9%. A menor fecundidade entre os residentes de bairros nobres permite que tenham um menor número de dependentes e favorece uma inserção mais favorável em atividades produtivas. As migrações intraurbanas e menor longevidade podem fornecer uma explicação parcial para esta diferença.

Juntando-se as duas faixas de população mais idosa, fica ainda mais nítido que o envelhecimento populacional amplia o número de gerações e provoca novas arrumações da vivência entre gerações, o que já foi reconhecido por diversos pesquisadores (Goldani, 1993; Debert, 1999; Berquó, 1999; Peixoto, 2004; Scott, 2001, 2002). Estas novas articulações afetam o cotidiano de residentes pobres e mais ricos, apresentando-se com muito mais clareza e peso para as populações dos bairros nobres.

Ocorre a inversão da tendência evidenciada na comparação entre os moradores de bairros populares e nobres para a população mais nova – na maior parte dos bairros nobres, contrastados com os bairros populares, a proporção de idosos na população é mais do que o dobro. O contraste visto desde a faixa etária de 60 a 65 torna-se muito mais evidente entre as populações muito mais idosas (acima de 80 anos), como se verifica na Tabela 2. Assim, nos bairros populares, a convivência com os idosos não deixa de apresentar desafios, mas estes estão proporcionalmente menos presentes do que nos bairros nobres.

Estes contrastes etários dão uma ideia de vivência de ciclos domésticos e cursos de vida entre gerações que pode ser muito bem pesquisado através de estudos de casos e estudos etnográficos. Não cabe fazer este exercício completo aqui, mas sim apontar a relação entre geração e gênero e suas implicações para a compreensão da vulnerabilidade masculina na idade adulta. Cabe, no entanto, na busca por dados relativamente mais 'imponderáveis', tentar por um pouco de 'carne etnográfica nos esqueletos' de dados censitários. Neste exercício, se recorre mais a casos investigados pelo autor, sem querer desmerecer a grande quantidade de excelentes estudos de outros pesquisadores sobre o tema.

Descobrir onde moram crianças, jovens, adultos e idosos em relação à família não é fácil sem recorrer a dados concretos sobre a relação com o responsável da casa. Ainda falta encontrar, para os bairros, dados abrangentes e aprofundados que detalhem as condições das diversas faixas etárias, das suas casas e das suas famílias. Mas é possível fazer algumas observações com base em outros estudos realizados em alguns locais específicos e em outros contextos no Brasil.

Como o casamento das moças ocorre mais cedo que o dos rapazes, elas tendem a formar residências próprias mais jovens do que eles. Os rapazes passam mais tempo residindo com os pais. Dados mostram que há uma maior proporção de filhos homens entre 20 e 24 anos morando com os pais do que de filhas.³ É difícil identificar, numericamente, as proporções de jovens casados, ou de pais e avôs, que residem em quartos nas casas dos pais, sogros e filhos, respectivamente. O registro destas famílias 'corresidentes'⁴ é muito precário, pois depende da identificação ou não de uma "entrada separada" por um recenseador (Berquó, 1988). Muitas pessoas que "moram nos fundos" e participam no dia a dia de refeições e tarefas podem ser identificadas pelos recenseadores como residindo em casas independentes quando não são, de fato, tão 'independentes'.

Fazendo referência a estudos prévios e novas etnografias, Louis Marcellin (1999) e Gabriella Hita (2006) ressaltam um padrão, muito bem conhecido em todo o Brasil, da passagem de vários anos, após a constituição de um novo casal, em que as novas famílias residem com as famílias de origem, antes de reunirem condições para morar à parte. Tal padrão tem sido constantemente observado em bairros populares onde se ressalta a formação de pequenos conglomerados de casas proximamente aparentadas e com redes de sociabilidade internas muito estreitas que terminam por influenciar a maneiras pelas quais os jovens adquirem habilidades e conhecimentos, evidenciadas, para o caso do Recife, na pesquisa *Os Jovens e a Cidade* (Dalsgaard, Franch & Scott, 2008; Scott & Franch, 2004; Gough & Franch, 2003).

³ Eduardo Rios Neto (1988) observou esta tendência num estudo apresentado oralmente (não publicado), em seminário conjunto da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em Campinas, sobre a família no Brasil. Tal tendência confirmou-se em dados posteriores analisados por Ana Amélia Camarano (1999, 2004).

⁴ Heraldo Souto-Maior (1992) é dos poucos autores que examinaram essa situação com mais detalhe.

Tomando-se a faixa dos idosos, outros estudos (Scott, 2002, 2008; Camarano, 1999) mostram a tendência de o brasileiro mais idoso (especialmente as mulheres) residir como dependente na casa de outros. Em um bairro popular no centro do Recife, nos anos 80, havia oito vezes mais mulheres idosas que homens idosos residindo com os filhos ou com outras pessoas (Scott, 1990), tendência observada também em estudos mais recentes (Lages, 2007; Scott, 2008).

Esta dinâmica populacional, intra e interdoméstica, tem estreita relação com processos diferentes de construção de patrimônios de pessoas de bairros e condições sociais diferentes.

Em um estudo de trocas materiais e relacionais entre pais e filhos em famílias recifenses com patrimônios bem diferentes (pobres e ricos), as famílias pobres costumavam formar residências independentes para os filhos mais cedo que as famílias ricas. As famílias ricas mantinham os filhos solteiros em casa por mais tempo e ofereciam condições para eles poderem compartilhar o uso do patrimônio familiar (acesso a carros, dinheiro para festas, equipamento para estudos etc.) e investir mais na instrução formal (Peres da Costa, 1983).

A prática de retardar a dissociação dos filhos da família de origem estimula uma participação maior destes na herança de uma administração de um patrimônio, o que vai permitir a inserção favorável dos jovens nos contextos de convivência com os pares das suas próprias camadas sociais, mantém os seus filhos sob vigilância, permitindo a reprodução do seu capital cultural e social e a ideia de autonomia, como observa Kátia Araújo (1984).

Entre os jovens mais pobres, o poder do simbolismo do patrimônio autônomo de cada grupo doméstico se evidencia menos, e a importância de manter as redes sociais alargadas para poder contar com a colaboração de família e amigos, atualmente e no futuro, se ressalta. Este período de juventude é, então, um período da formação de condições para a passagem do patrimônio material e simbólico que se forma no meio de uma tensão entre a liberdade e a autonomia individuais tão procuradas pelos jovens (seja como solteiros ou como casados) e a reafirmação do seu pertencimento a grupos de parentesco e a famílias cujas estratégias de manutenção de patrimônios exigem uma continuidade de trocas entre pais e filhos. Onde residir é apenas uma das manifestações de como isto se realiza.

A direção do fluxo de apoio financeiro entre pais e filhos que moram distantes uns dos outros evidencia que o patrimônio se constrói no fluxo e circulação de recursos entre pessoas que residiam anteriormente na

mesma casa. A famosa frase do filho da família de camada média "papai, mande dinheiro, que estou precisando!" denuncia tal fluxo. Isto não é tão evidente quando se enfocam as remessas e as visitas entre emigrantes menos abastados e as suas casas de origem. Um estudo (Scott, 1984) identificou que a 'moeda de troca' entre grupos domésticos relacionados é, sobretudo, de filhos para os pais e pode ser diferente de acordo com gênero: rapazes e moças solteiras e rapazes casados emigrados⁵ mandavam dinheiro, moças casadas deixavam de mandar, mas abriam as portas das suas casas para irmãos e irmãs e outros parentes terem um espaço para buscar oportunidades.

Quando a migração é intraurbana, costuma ser mais feminina, e tanto a idade de casamento quanto a oferta de emprego doméstico permitem que as mulheres jovens estabeleçam um ponto de apoio para a construção de seu patrimônio fora do bairro de origem.

Gênero e moradia e faixas etárias

Quando se agregam dados sobre gênero às questões de faixas etárias apresentam-se, além das evidências de tendências já bem documentadas, algumas questões bastante instigantes que requerem mais investigação. Os contrastes entre os bairros no que diz respeito a gênero estão apresentados nos Gráficos 6 a 10.

A maior natalidade masculina, acoplada à sua maior mortalidade, faz com que a progressiva feminilização das faixas etárias não seja surpreendente. Apenas reafirma tendências reconhecidas há muito tempo.

Quando se trata da diferença entre bairros nobres e populares, entre a faixa de idade de 0 a 4 anos não ocorre nenhum favorecimento masculino ou feminino de um ou outro tipo de bairro. Embora não apareça no nascimento, esta não é a situação quando se trata da população total.

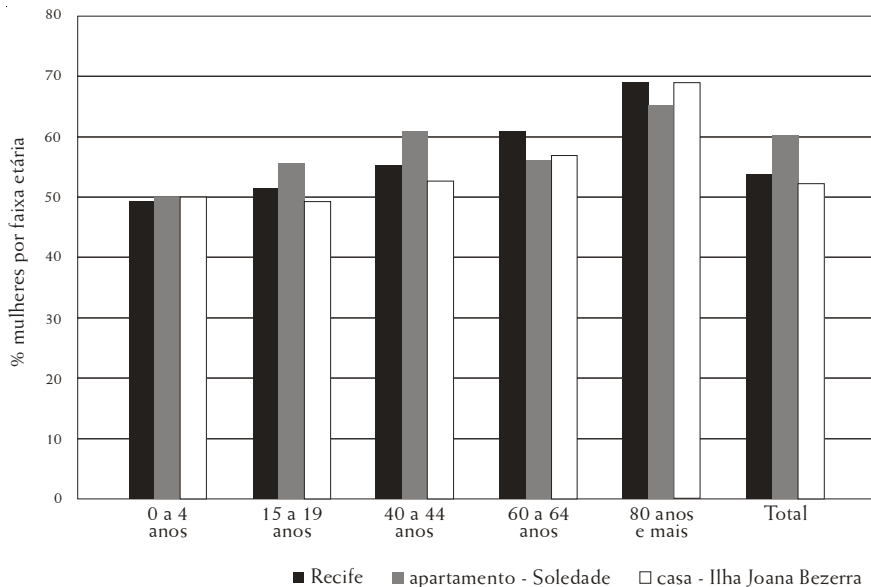
Os bairros nobres são marcadamente mais femininos do que os bairros populares. Esse fato nos leva a indagar: ocorre um fenômeno de feminilização da riqueza ou, inversamente, de masculinização da pobreza? Isto provoca a necessidade de uma interpretação, especialmente diante da conhecida ênfase na literatura sobre a feminilização da pobreza!

⁵ O estudo focalizou famílias recifenses e maranhenses e migrações para o Norte e para o Centro-Sul.

É importante esclarecer novamente que os dados são sobre a população e não sobre os domicílios, e os trabalhos sobre a feminilização da pobreza mostram como as rendas familiares de mulheres estão abaixo das médias para homens. Sem os dados sobre a posição na família, não se sabe que condição estas mulheres têm na casa – se são chefes, esposas, filhas, mães, netas, irmãs, ou até empregadas. Seria muito útil ter estes dados para interpretar a relação entre essa tendência e a inserção dos diferentes cursos de vida em ciclos domésticos diferenciados.

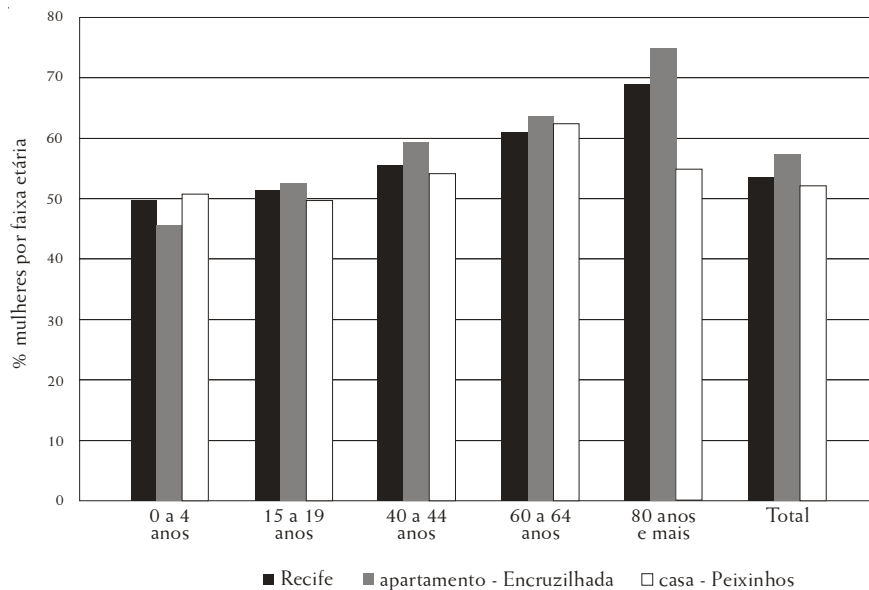
Não cabe dúvida de que a convergência da maior longevidade feminina com a maior longevidade de pessoas mais prósperas contribui para elevar a presença feminina nos bairros nobres, e em posições de autoridade, como aquelas que têm sido analisadas por Myriam Lins de Barros (1987), Guita Debert (1999), Maria Angélica Motta-Maués (2004) e Clarice Peixoto (2004). Pelo menos fica como alerta sobre a necessidade de entender como estas mulheres estão integradas nas próprias famílias, redes de parentesco e domicílios. Mas a relação entre gênero e a distribuição intraurbana da população é mais complexa do que isto.

Gráfico 6 – Mulheres (%) por faixa etária em bairros de moradias contrastantes. RPA 1 – Recife – 2000



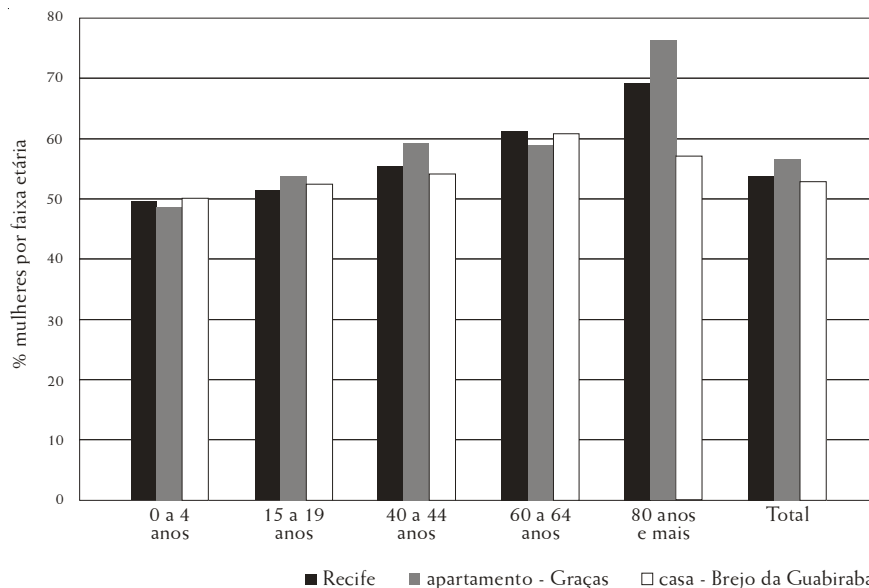
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 7 – Mulheres (%) por faixa etária em bairros de moradias contrastantes. RPA 2 – Recife – 2000



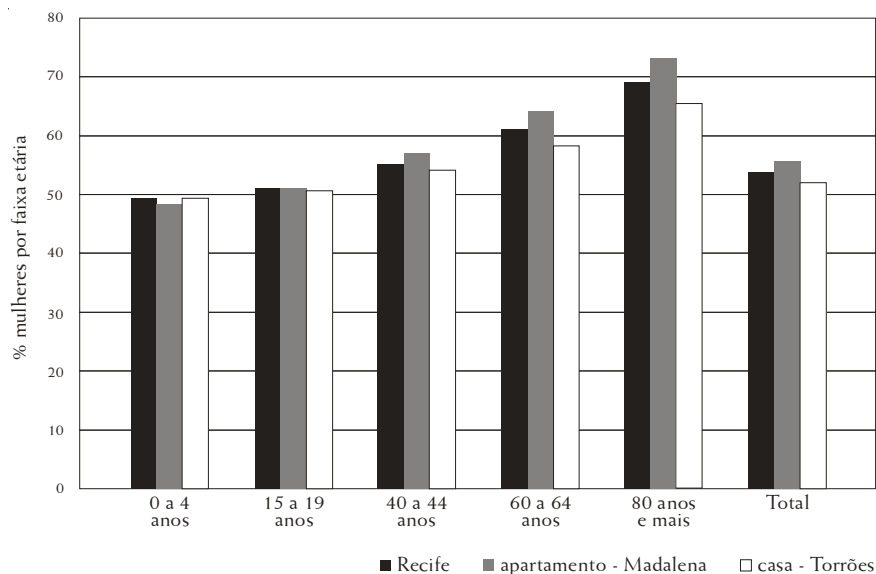
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 8 – Mulheres (%) por faixa etária em bairros de moradias contrastantes. RPA 3 – Recife – 2000



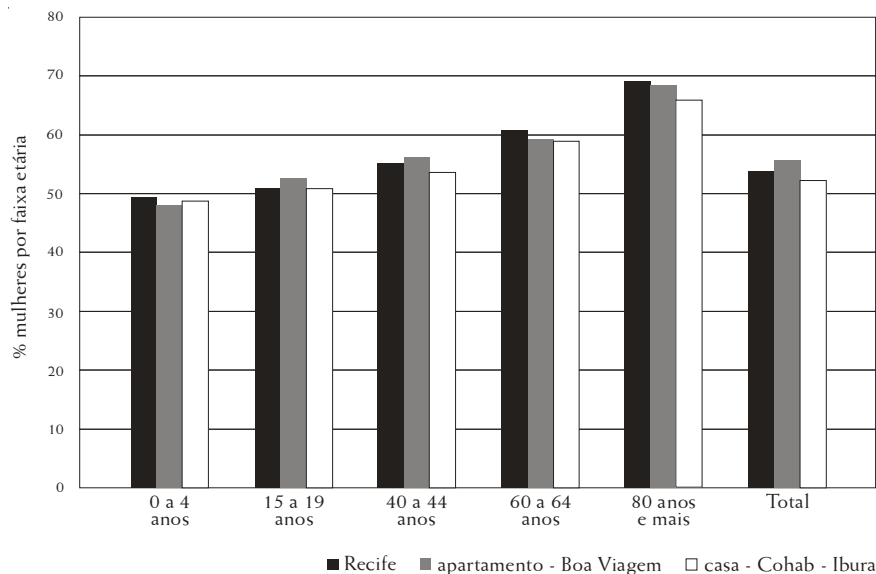
Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 9 – Mulheres (%) por faixa etária em bairros de moradias contrastantes. RPA 4 – Recife – 2000



Fonte: Observatório PE (2002).

Gráfico 10 – Mulheres (%) por faixa etária em bairros de moradias contrastantes. RPA 6 – Recife – 2000



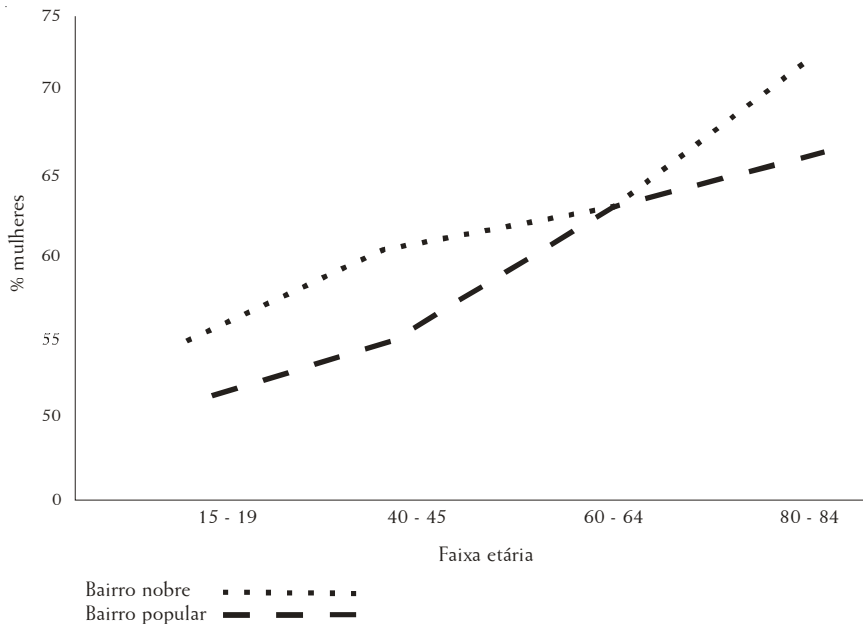
Fonte: Observatório PE (2002).

Os Gráficos 11 e 12 tratam das diferenças na distribuição de mulheres e homens entre bairros nobres e bairros populares das regiões político-administrativas do Recife, de acordo com três faixas etárias (15-19, 40-44 e 60-64 anos).

Na faixa etária de 15 a 19 anos, quatro dos cinco bairros com maior presença masculina entre os jovens são bairros populares. Isto surpreende diante da alta mortalidade masculina juvenil. Nos bairros nobres, há um pouco mais de mulheres do que de homens. Com os dados disponíveis, não há como comprovar a que isto se deve, mas é provável que haja um ingresso maior de mulheres jovens nos bairros nobres através de pelo menos dois processos: emprego doméstico com moradia e casamentos hipergâmicos das jovens populares, com patrilocalidade ou neolocalidade.

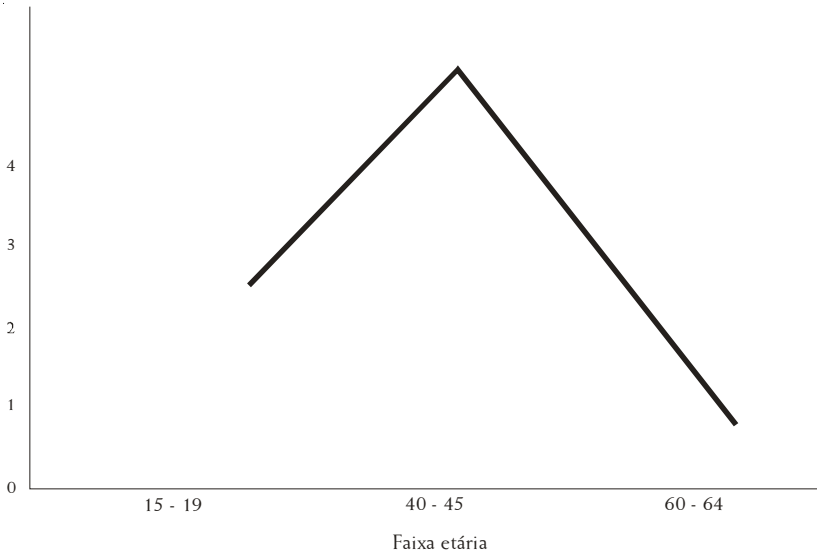
Se não bastasse esta transferência de mulheres para bairros mais nobres que os da sua origem (se, de fato, este é o processo), quando se procura ver a situação dos adultos entre 40 e 44 anos, mais uma vez, e ainda com mais força, se percebe uma masculinização relativa dos bairros populares e feminilização mais intensiva dos bairros nobres.

Gráfico 11 – Porcentagem de mulheres na população por idade entre bairros nobres e populares. Recife – 2000



Fonte: Com base em dados do Observatório PE (2002).

Gráfico 12 – Superávit de mulheres em bairros nobres, comparados com bairros populares (%). Recife – 2000



Obs.: Com base nos resultados de cinco RPAs do Recife, estabeleceu-se a média do superávit proporcional de mulheres em bairros nobres com a seguinte fórmula: ($\%M_{BN} - \%M_{BP} = \Delta$), em que BN = Bairro nobre, BP = Bairro popular, $\%M$ = Proporção de mulheres, Δ = Diferença de porcentagens entre os bairros.

Fonte: Com base em dados do Observatório PE (2002).

Observando as comparações entre bairros das mesmas regiões político-administrativas de Boa Viagem para os bairros mais populares, denominados no censo de Cohab/Ibura, a diferença também existe, mas é relativamente pequena (2,3 pontos percentuais), ao passo que entre a Ilha de Santa Joana e o bairro de Soledade a diferença é muito mais marcante (8,2 pontos). Se os processos de transferência da população feminina forem idênticos aos que se descreveram ao falar dos jovens, a divisão da população feminina e masculina entre bairros nobres e populares evidencia processos que podem ser vistos por pelo menos dois ângulos diferentes: as mulheres estão conseguindo permear as barreiras da pobreza e mudar para bairros mais nobres; as mulheres estão sendo incorporadas nas casas dos bairros mais nobres para trabalhar sem haver claro benefício para elas.

Nesta situação, os homens dos bairros populares precisam investir mais esforço relativo para garantir o sustento das suas famílias. Eles não conseguem mudar-se para bairros nobres por causa do receio dos moradores

desses bairros de incluí-los nas suas residências, como trabalhadores ou como empregados. E as empregadas, quando parceiras de maridos moradores em bairros populares, podem estar contribuindo com importantes remessas de ganhos auferidos por serviços prestados em casas de bairros nobres.

Há um fator evidente no Gráfico 11 que é preciso ressaltar aqui: o envelhecimento populacional. As mulheres são mais longevas do que os homens, e as populações com mais renda são mais longevas que as populações com menor renda. Isto implica que haja mais mulheres nos bairros nobres, como se pode observar nos Gráficos de 6 a 10, onde a população mais velha geralmente é mais feminina quando comparada com a dos bairros populares.

Seria muito precipitado atribuir a redistribuição a este fator, pois, ao se observar o Gráfico 12, constata-se que a redistribuição é mais intensa na faixa etária de 40 a 45 anos do que na de 60-64 anos, sugerindo que não seja o simples processo de mortalidade diferencial progressiva por sexo no envelhecimento que explique o fenômeno.

Então, há outras questões em jogo também, como já se argumentou. Isto levanta dois problemas para entender as diferenças nos dados, um de confiabilidade de dados, e outro de interpretação do que eles mostram.

Em primeiro lugar, aborda-se a confiabilidade dos dados. No *Manual do Recenseador* (IBGE, 1999), informa-se que a data de referência do Censo é a noite de 31 de julho para o 1º de agosto.

Sempre respaldado nos conceitos do IBGE, que variam ligeiramente nas versões dos manuais dos censos (IBGE 1999, 2000), o recenseador recebe as seguintes instruções:

Domicílio é uma habitação estruturalmente separada e independente, que se destina a servir de habitação de uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizada como tal. (...) os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. (...) devem ser considerados partes integrantes do domicílio os quartos providos de entrada independente e as construções anexas à principal, utilizados por membros do domicílio, inclusive empregados domésticos, desde que não fique caracterizado o critério de separação. (IBGE, 2000: 24)

A variabilidade da definição nos censos, conforme se vê em IBGE (2000: 28-29) está na referência a condições que permitem uma flexibilidade que se reporta ao que o recenseador e o recenseado entendem como a "habitualidade do uso" e o "tempo de permanência nos últimos doze meses".

A ideia de "habitualidade" permeia os esclarecimentos no manual (IBGE, 2000: 25-29). Nestas páginas ainda há um esclarecimento sobre a necessidade de incluir empregadas domésticas nos seus locais habituais de residência, o que, na prática, não garante a não duplicidade ou omissão de referência a elas.

Logo a seguir, lê-se uma ressalva importante:

A pessoa que, na data de referência, por conveniência ou obrigação, dormiu no local do trabalho (empregado doméstico, médico, enfermeiro, militar, trabalhador de obras, trabalhador agrícola sazonal etc.), mas que, habitualmente, retorna à sua residência, deve ser recenseada no seu domicílio. (IBGE, 2000: 29)

É importante ressaltar que um critério para decidir quem é do domicílio é o que se entende como uma "entrada privada" do espaço domiciliar. Determinado isso, empregam-se critérios entre os quais há uma margem para interpretações divergentes: moradia habitual, separação, independência e a data de referência do censo. O manual é taxativo que o censo se refere à data de 31 de julho como crucial, mas acrescenta a 'habitualidade' de retorno à residência pela pessoa que trabalha e dorme no emprego no período de 12 meses.

Assim, adotados estes critérios, seriam contadas como residentes nos bairros populares as empregadas que habitualmente dormem no emprego, mas que fazem visitas "de folga" semanal, quinzenal ou mensalmente nas suas casas no bairro popular. Mesmo diante de tantos esclarecimentos, a habitualidade da moradia, essencialmente, é deixada no Censo ao critério do entrevistado, da maneira que é entendida pelo recenseador, circunscrita tecnicamente pela regra do intervalo máximo de 12 meses sem retornar à moradia 'habitual'. De uma forma mais simples, nem sempre está claro qual é a moradia habitual de uma empregada que somente vai para casa nas férias ou muito poucas vezes.

Quais as implicações desta descrição detalhada para a leitura dos dados da distribuição da população por sexo entre bairros? A pergunta é como os dados técnicos poderiam contribuir para entender a feminilização de bairros nobres nas faixas de idade adulta plena (40 a 45 anos): idealmente, somente aquelas empregadas que estabeleceram residência habitual na casa das patroas contribuiriam para o superávit feminino em bairros nobres. E cabe observar que empregadas nessa situação são poucas e estão em processo de diminuição (Ávila, 2009). Ou seja, é improvável que "dormir no trabalho" explique a maior parte da diferença.

Em relação aos bairros nobres, poder-se-ia admitir que os patrões ou as patroas, na condição de responsáveis pela residência, seriam os informantes sobre a habitualidade domiciliar das suas empregadas, preferindo sublinhar a dependência delas à sua casa e desprezando o laço com outras casas às quais elas estejam vinculadas, mesmo que as empregadas voltem com frequência a esses locais. Em relação aos bairros populares, outras pessoas facilmente podem ser entrevistadas como responsáveis pelos domicílios. Estas podem omitir as visitas regulares de empregadas que trabalham fora, entendendo que a "habitualidade residencial" deve ser mais associada ao local de trabalho da empregada, mesma que ela tenha um papel importante no sustento da casa no bairro popular para onde volte com frequência ou regularidade. Sem pesquisa direta específica, não há como estimar com confiança o peso destes fatores, mas a direção seria de algum aumento no registro de mulheres em bairros nobres.

Mais difícil ainda de aferir sem pesquisa específica é a hipergamia com patri ou neolocalidade – mulheres casando-se com homens em melhores condições financeiras e mudando-se para bairros com rendas médias mais altas, comentado anteriormente, mas com alguns desdobramentos importantes. Este procedimento retiraria mulheres dos bairros mais pobres e explicaria parcialmente a maior presença relativa de homens neles, já que o caminho de hipergamia masculina é muito menos frequente. Em um estudo sobre renda e chefia na Zona da Mata de Pernambuco, uma situação análoga foi encontrada, com homens sozinhos mais velhos apresentando a situação de maior vulnerabilidade econômica (Scott, 1998). No Recife, em bairros populares, então, haveria homens desempregados – filhos ficando em casa ou morando no mesmo bairro, e maridos e homens sem cônjuges também enfrentando menos opções de residência extrabairro.

Pelas pesquisas de migrações já realizadas (Scott, 1984; Arizpe, 2007), quando uma mulher estabelece uma nova residência, ela é mais propensa do que o homem a, logo em seguida, agregar outros parentes e amigos, preferencialmente mulheres, à sua residência. Homens convidam menos outros parentes e amigos para residir juntos depois de formarem um domicílio independente. Parcialmente, em função de perdurar a divisão de trabalho doméstico, as mulheres convidam quem possa ajudar no apoio ao cuidado de filhos ou na realização de trabalho em casa. Assim, a hipergamia feminina teria um efeito multiplicador na saída de mulheres de bairros populares.

Há também os efeitos morais do androcentrismo que poderiam contribuir para explicar o registro de uma distribuição diferenciada. Nos

bairros populares, sobretudo, estes resultam da possibilidade de haver uma duplicidade na contagem de homens que residem com uma mulher como esposa e que mantêm outro domicílio com outra mulher nas proximidades, geralmente no mesmo bairro popular.

As 'outras', como entrevistadas, podem declarar a presença habitual desse marido nas suas casas justamente para mostrar que não são mulheres 'sem homens', assim produzindo um efeito de reificação, em nome de androcentrismo, de uma supercontagem masculina em bairros populares ao informar a presença do homem como 'morador' da casa, que também é marido em casa de outra mulher. Moralmente, os homens podem tirar proveito de serem reconhecidos como tendo duas famílias, mas para as mulheres tal constatação devasta a sua reputação.

Um último fator pode estar relacionado ao fato de que a renda proveniente do trabalho doméstico permite que a mulher passe a residir em um bairro de renda ligeiramente mais alta, retirando-se do bairro mais pobre e promovendo a ida de mulheres cuidadoras, associadas à sua rede particular (avós, irmãs, tias, filhas maiores, entre outras), para o novo domicílio (semelhante ao fenômeno descrito para hipergamia feminina).

Embora a compreensão deste circuito de redistribuição da população entre os bairros populares e nobres possa ser considerada inconclusa, é muito provável que os dados de maior presença feminina em bairros nobres estejam relacionados em parte aos fenômenos descritos, e não apenas ao envelhecimento populacional.

Interpretando vulnerabilidade masculina, circulação feminina e cursos de vida

A primeira constatação sobre a limitada confiabilidade dos dados é que o fenômeno de distribuição desigual de sexo entre bairros nobres e bairros populares, mesmo sendo importante para as faixas etárias investigadas, está sub-representada. Isto porque as regras de contagem censitária, aplicadas corretamente, escondem a convivência das empregadas de bairros populares nos domicílios das suas patroas onde elas passam muito tempo.

Trabalho doméstico, o que mais ocupa as mulheres de baixa renda (Ávila, 2009) se concentra nas idades em questão (15-19 e, sobretudo, 40 a 44). Quem controla o mercado de trabalho são as patroas, mulheres de bairros nobres (como também de outros bairros) que oferecem os postos de trabalho e negociam a disponibilidade de tempo, muito em desvantagem

das empregadas. Elas determinam a intensidade da qualidade clientelística da relação, oferecendo doações, favores e outros recursos além da remuneração contratual (Ávila, 2009 e Jelin, 1994).

A oferta dos 'outros recursos' costuma vir acompanhada por um discurso que instaura e relembra a natureza hierárquica da relação entre patroa e empregada. Nesta negociação, os ganhos certamente recaem mais para as patroas. Tais ganhos são auferidos na forma de cálculos econômicos, mas também na forma da construção de capital social e cultural. Ou seja, a presença de mulheres trabalhando em bairros nobres permite que as mulheres e homens empregadores nestes bairros possam auferir mais benefícios ao não se dedicarem a trabalhos pouco valorizados que são realizados pelas empregadas. Em outras palavras, o superávit feminino em bairros nobres permite um fluxo de recursos duplo, que favorece os patrões.

Os ganhos decorrentes dessa troca desigual ainda têm desdobramentos ao serem repassados para as redes estabelecidas em bairros populares. Por mais parcos que sejam estes ganhos e por mais exigentes que sejam as condições impostas pelas patroas, representam ingressos regulares que servem para a sustentação não somente da própria empregada, mas, pelo menos parcialmente, de outras pessoas que dependem dela.

Nos bairros populares, os resultados deste trabalho são de perpetuar redes de alianças entre familiares e amigos que favorecem muito mais a inclusão de mulheres que podem servir como substitutas de mães durante as ausências das mulheres que trabalham e/ou residem fora do bairro.

Homens a quem se exige trabalho doméstico para ajudar a mãe que trabalha, mesmo se elogiados por elas quando se dispõem a fazê-lo, enfrentam eventuais chacotas da vizinhança e inevitavelmente passam por um questionamento da sua masculinidade. Maridos também, com o agravante de que a inclusão em um circuito desses pode redundar, pelo menos para algumas mulheres, numa perda do valor simbólico da presença masculina na casa, do ponto de vista das próprias empregadas, emaranhadas no que Bourdieu chama de "violência simbólica" (1999).

Muitas vezes o homem que participa nos afazeres de casa elabora um pacto de cumplicidade de silêncio com a esposa ou mãe que trabalha fora para preservar a imagem socialmente aceita dos dois. De qualquer jeito, para o homem que já está na idade de se sentir responsável pelo provimento de uma casa, é constituída uma ameaça à sua masculinidade por depender de uma provedora feminina.

Com a esposa fora, trabalhando, e o homem desempregado ou com apenas trabalho precário, abre-se um espaço nebuloso sobre dois assuntos de construção da masculinidade a partir da casa: fidelidade e sustento. No caso dos homens, transgressões à fidelidade, historicamente, podem ter para eles um significado positivo, a favor da imagem da sua masculinidade. Falhas no sustento, no entanto, ferem a imagem da masculinidade do provedor. Em casas que têm um ganho seguro proveniente do trabalho da parceira e onde há uma aliança para a realização de serviços identificados como femininos, há uma desarticulação potencial da ideia dos homens que as suas casas estão 'sob controle' (Scott, 1990).

Um homem com trabalho precário, em casa, mesmo que não chegue ao extremo de dependência diante das esposas/companheiras, como descrito por Pedro Nascimento (2007), tem menor capacidade de significar a infidelidade como aspecto de reforço à masculinidade e, portanto, em seu próprio benefício. Aventurar-se neste campo pode significar perder a confiança da esposa e ser excluído do circuito doméstico dela. E para estes homens, depois dos 45 anos, torna-se cada vez mais difícil conseguir trabalho.

Segundo as mulheres que convivem com estes homens, há uma construção da imagem deles como "marginais por não poderem cantar de galo" (Woortmann, 1987; Neves, 1985) ou como "lerdos" (Salem, 1981). Comparados com os relatos sobre "o homem na família", bem discutidos por João de Pina Cabral (2003) para Portugal, os homens adultos nas camadas populares brasileiras manifestam vulnerabilidades mais acentuadas.

A vulnerabilidade masculina,⁶ empregada no título deste trabalho, é múltipla – social, individual e programática. Pode parecer um rótulo enganoso se adotarmos integralmente uma abordagem que identifica a forte presença de homens em bairros populares como uma estratégia de aproveitamento do trabalho da mulher pelo homem: enquanto elas trabalham, dando um 'duro' em casas alheias, eles ficam em casa, usufruindo dos resultados do trabalho delas.

Nesta interpretação, o homem passa de 'vulnerável' para 'explorador', expoente máximo do androcentrismo. Acontece que, simultaneamente, este androcentrismo está ameaçado pela dificuldade dos homens de passarem uma imagem da 'casa sob controle'. Certamente eles lutam para

⁶ O uso é particularmente útil pela importância do termo na literatura de saúde coletiva, seguindo José Ricardo Ayres (1997, 2001) e discutido por outros autores, incluindo Hermes Junior (2010).

não perder a prerrogativa de 'controlador da casa', o que lhes confere a posição de pequenos patriarcas, insistindo que as suas casas estão sob controle, mascarando muito precariamente a pequena oferta de trabalho que o mercado lhes oferece e a fonte de onde vêm os recursos para sustentar a casa. O desemprego, ou o emprego muito precário, é, para eles, um atentado ao seu moral de provedor. É uma vulnerabilidade social entre as classes populares. Cada homem evita expor a sua vulnerabilidade individual. Torna-se uma condição de difícil apreensão e abordagem pelos serviços governamentais, sobretudo dos serviços de saúde que, programaticamente, visam a diminuir a vulnerabilidade da população, ao mesmo tempo que se dedicam, muitas vezes sem perceberem, a práticas que reforçam exclusões e vulnerabilidades sociais.

Há uma sintonia oculta entre a vulnerabilidade masculina programática e as vulnerabilidades sociais e individuais. No setor de segurança pública, Hermes Junior (2010) demonstra isso. Em Pernambuco, um amplo estudo da Universidade de São Paulo (USP), SOS Corpo e Fages (Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da UFPE), sobre as relações de gênero nos programas de saúde, revela as dimensões alcançadas por essa sintonia, chegando mesmo a elaborar uma brochura com recomendações para a Secretaria de Saúde estimular mais sensibilidade a estas questões entre os seus funcionários (Vilella & Monteiro, 2005).

Em pesquisa sobre cuidados primários em quatro estados, Schraiber e colaboradores (2010) ampliam o escopo das evidências, e Couto e colaboradores (2010) levam ainda mais adiante o estudo, discriminando práticas que resultam na invisibilização dos homens nos programas de saúde.

Quando se conjugam estes estudos com a abordagem sobre saúde e gerações (Scott 2005, 2006), ainda se vislumbram as mudanças na vulnerabilidade ao longo do curso da vida. A situação nos dois extremos do ciclo evidencia estas transformações.

A vulnerabilidade masculina do jovem o afasta dos serviços de saúde. Ele passa por um período que poderia ser chamado de 'patofóbico', em que qualquer pequeno problema de saúde é interpretado como um atentado à sua masculinidade. O jovem prefere manter distância dos serviços de saúde, querendo mostrar um corpo 'sarado' capaz de servir-lhe de forma positiva no mercado de trabalho e no das conquistas amorosas (Uchoa, 1996; Cecchetto, 2004). Nesse período, os serviços de saúde costumam ser coniventes com esse desejo de manterem distantes, mesmo que seja por outras razões, mais associadas à expectativa de ameaças ao

funcionamento administrativo e ao ambiente pacífico dos serviços. Esta prática cria uma distância profilática entre as camadas médias de profissionais e trabalhadores de saúde e as camadas pobres cuja vida cotidiana se percebe como pautada pela violência (Scott, 2005, 2006).

Nos serviços de saúde, são poucos os esforços para elaborar estratégias de envolvimento de jovens homens em trabalhos relacionados à saúde. A sua ânsia por trabalhar e produzir riqueza aponta caminhos variados de sucesso que alternam entre dois polos. De um lado, um trabalho pouco remunerado, que promove desgaste físico e que exige investimento em capacitações com limitados retornos de ganho e com uma precária segurança, e em uma união conjugal que pode oferecer ou não um apoio às suas estratégias de providenciar sustento. De outro lado, o envolvimento em atividades ilícitas que podem permitir uma promessa de enriquecimento rápido com uma submissão a uma rede hierarquizada que se caracteriza como não oferecendo nenhuma segurança. Tender para este polo aponta para uma sobrevida curta. A conjugalidade e colaboração no sustento costumam ceder espaço para a vivência de conquistas amorosas e uma exacerbação de uma masculinidade performática. O jovem é vulnerável, e os serviços de saúde pouco oferecem para lidar com esta vulnerabilidade.

A vulnerabilidade masculina entre idosos apresenta características muito diferentes. Com o marcado desgaste nas condições de saúde da população pobre, os homens se juntam às mulheres na vivência de patologias, sobretudo hipertensão e diabetes, o que os tornam candidatos à atenção dos serviços de saúde.

Para cada idoso a doença provoca medo. Individualmente, a 'patofobia', tão forte na juventude, retorna nas preocupações sobre o estado de saúde em decadência nesta faixa etária mais avançada. Os serviços de saúde, que manifestam receio da periculosidade que contatos com homens jovens e adultos possam representar, constroem uma imagem inversa, acolhendo os idosos masculinos justamente por causa da sua vulnerabilidade.

Por padecerem de algumas doenças, eles recebem um maior acolhimento nos serviços de saúde, chegando a desenvolver mais conhecimento e a obter mais cuidados sobre o estado de saúde, manifestando o que se poderia chamar de 'patofilia' (Scott, 2005, 2006). O idoso acolhido é um idoso inserido em programas de transferência de renda e previdência do governo, aposentado ou beneficiado, e as cifras sobre renda familiar identificam as famílias com idosos como as famílias com maior estabilidade e média de renda no Brasil (Camarano, 2004).

Ou seja, enfraquecido pelo tempo de trabalho, pela própria idade e pelas patologias, o homem inverte pelo menos parcialmente a sua antiga estratégia de procurar *status* na relativamente inóspita rua, ficando em casa e sentindo-se com o direito de não andar tanto e de pedir que filhos e esposa cuidem dele e atendam às suas necessidades. Qualquer ameaça à ideia de perder o controle sobre a casa é amenizada, pelo menos enquanto ele não se tornar dependente econômica ou fisicamente de outros familiares. Afinal de contas, é ele que está assegurando a renda!

A esposa na rua (no caso de ele não ter recasado com uma esposa muito mais nova) já não causa a mesma incerteza sobre a potencial infidelidade que pode ter lhe preocupado antes. Aliás, faz algum tempo que ele percebe que as mulheres circulam muito e têm acesso a fontes de renda externas, seguras, construídas por trabalho, e relações clientelísticas com famílias em condições de lhes oferecer salários e presentes, então, entende que as mulheres circulam e isto pode ter implicações positivas para os recursos para a família.

As mulheres mais idosas, além de poder recorrer às redes clientelísticas, estabelecidas em trabalhos domésticos anteriores ou atuais, podem se envolver em grupos de terceira idade, identificados como comunitários e reconhecidos como contribuindo para melhorar os bairros onde residem. Esta nova circulação feminina é menos ameaçadora ao homem, por não envolver riscos tão diretos ao *status* de provedor. A vulnerabilidade maior decorre do potencial da sua própria debilitação física e da possível submissão a uma condição de dependente em casa dos próprios filhos, da mulher ou de outros. Assim enfrenta a ameaça da perda da sua condição de chefe, de pequeno patriarca. O fato de haver mais idosas que idosos na condição de dependente na casa de pessoas mais jovens dá uma indicação sobre quanto os homens se articulam para manter o *status* de "controlar uma casa", ficando como chefes, mesmo diante da precariedade econômica.

O sempre reconhecido crescimento de mulheres chefes de família entre os idosos revela os resultados de mortalidade diferencial. Evidencia, também, a valorização de uma autonomia decorrente de separações e viuvez. As mulheres receiam as implicações do recasamento, porque desconfiam dos resultados da inserção de um novo homem no meio da aliança doméstica e familiar que ela estabelece entre ela seus filhos, outros parentes e agregados próximos (Berquó, 1999; Camarano, 1999, 2004). Menos comentada é a facilidade com que as mulheres se inserem como avós, tias ou como outro tipo de dependentes na casa de outras pessoas. Esta opção é menos atraente para os homens, que a interpretam mais fortemente como 'vulnerabilidade'.

Entre homens adultos, de 40 a 45 anos, não há uma grande aproximação aos serviços de saúde, que ainda os enxergam com a desconfiança semelhante à experimentada em relação aos homens jovens (Schraiber *et al.*, 2010; Couto *et al.*, 2010). Estes homens nem se sentem acolhidos nos serviços, nem têm nenhuma segurança assegurada por programas de previdência e transferência de renda, elaborando um discurso protetor do seu domínio de provedor, negando a relevância de bolsas de família ou relegando essas transferências às demandas femininas de consumo que eles julgam “menos importantes”, como bem analisa Santos (2010).

Se um bom número de homens tem um emprego relativamente estável cujo rendimento pode ser usado na construção da simbologia de ser provedor familiar, há muitos que se encontram atingidos por desemprego persistente e, pior ainda, em processo de desgaste dos seus poderes físicos, importantes para a sua inserção no mercado de trabalho.

Verifica-se uma presença muito significativa de homens em bairros populares, com bem menos oportunidades de aproveitar a circulação entre bairros de níveis diferentes. Os recursos provenientes do trabalho doméstico das mulheres, muitas das quais estão trabalhando em outros bairros, podem ultrapassar em importância a renda dos homens, e os projetos de domínio masculino na esfera doméstica, elaborados na juventude, não se concretizam diante das dificuldades de efetivar o provimento da sua casa.

Esta ‘vulnerabilidade’ não tem manifestações muito claras na área de saúde, não sensibiliza outros setores públicos e mal mobiliza qualquer organização não governamental. É uma perda de controle masculino que não deixa de ser compensada por um ganho de controle feminino. Como consequência, não é visto facilmente como precisando ser remediado. Afinal, procurar resolver este problema de vulnerabilidade masculina poderia ser entendido como uma defesa da perpetuação do androcentrismo.

Em resumo, no curso da vida de homens jovens, adultos e idosos, as vulnerabilidades não deixam de existir, mas mudam de feições de acordo com os ciclos, cursos ou trajetórias de vida.

É importante lembrar que estes residentes de bairros populares são sujeitos a uma vulnerabilidade de classe, e que esta é uma vulnerabilidade exacerbada e camuflada em uma mobilidade entre bairros populares e bairros nobres que contribui para o empoderamento feminino construído nos padrões específicos de vivência familiar entre gerações e gênero em metrópoles.

Pontos para reflexão

Fecha-se esta discussão recuperando algumas ideias apresentadas.

Primeiro: a ideia de curso de vida junto com ciclos domésticos diferenciados por gênero ajuda na compreensão de uma realidade de rápida reorganização e rearranjos familiares que ocorrem em toda a área urbana? Argumenta-se que sim, pois o trabalho de criação de filhos forma núcleos cuja estruturação obedece a processos domésticos que podem ser entendidos como ciclos e cursos vividos diferentemente por homens e mulheres. Os rearranjos produzem uma circulação de pessoas, que reafirma os processos domésticos, especialmente sensíveis à vivência de gênero no cotidiano.

Segundo: é útil entender a relação entre bairros nobres e bairros populares como uma relação permeada por circulação de mulheres, e, em menor escala, homens? A permeabilidade de estabelecimento de residência pode representar uma incorporação da mulher, de idade produtiva, dos bairros populares nas casas de moradores de bairros mais ricos, seja como esposas, companheiras ou, mesmo, empregadas.

Terceiro: os espaços de moradia populares, de jovens e de adultos em plena idade produtiva, podem ser vistos como relativamente masculinizados? Isto se dá quando se examina comparativamente a composição da população dos bairros. Ou seja, ao olhar os locais de residência e as faixas etárias, há um processo, costumeiramente invisibilizado, de masculinização relativa da pobreza na fase adulta (40-45 anos).

Quarto: os processos da queda de fecundidade e aumento da longevidade diferenciam a vida de pobres e ricos? De fato, apresentam efeitos muito mais marcantes sobre os moradores de bairros nobres, diminuindo a presença de pessoas na primeira infância e ampliando a presença dos mais idosos. Isto resulta na questão de o envelhecimento populacional ser mais premente para esta população, mas não retira a sua importância para quem mora em bairros populares.

Quinto: Sabe-se o suficiente sobre circulação e mobilidade intraurbana diferenciada por gênero? Evidentemente, não. Há uma necessidade de ampliar os estudos de caso aprofundados sobre as implicações da circulação de pessoas (e recursos) para a formação de redes de parentes, amigos e vizinhos que residem em casas e em bairros diferentes.

Sexto: A ideia de vulnerabilidade masculina é 'escorregadia', pois ora pode referir a questões de patologia, ora a questões de simbologia sobre as relações de gênero prevalecentes entre as classes populares.

Os estudos da área da saúde fornecem um quadro de conceitos que permitem diferenciar, pelo menos analiticamente, vulnerabilidade social, individual e programática. Analisar as variações nas relações de gênero e na configuração específica de vulnerabilidades resulta na percepção de aproximações e distanciamentos entre os serviços oferecidos pelo Estado e pelo cotidiano de quem reside em bairros populares, ao se comparar com quem reside em bairros nobres. A agência masculina de procurar significar a vivência do espaço doméstico como 'sob controle' revela a persistência de uma cultura androcêntrica no meio de processos sociais que não favorecem a continuidade do controle dos homens sobre suas casas.

Referências

- ARAÚJO, K. M. *Família e Espaço Público: organização social e conflito na reprodução social de grupos pertencentes a camadas médias*, 1984. Dissertação de Mestrado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- ARIZPE, L. *Culturas en Movimiento: interactividad cultural y procesos globales*. México: Senado de la República, Unam y M.A. Porrúa, 2007.
- ÁVILA, M. B. M. *O Tempo de Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*, 2009 Tese de Doutorado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- AYRES, J. R. Vulnerabilidade e Aids: para uma resposta social à epidemia. *Boletim Epidemiológico DST-AIDS*, 15(3): 2-4, 1997.
- AYRES, J. R. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1): 63-72, 2001.
- BARROS, M. L. de. *Autoridade e Afeto: avôs, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BERQUÓ, E. S. (Org.). *Abep: primeira década, avanços lacunas, perspectivas*. Belo Horizonte: Abep, 1988.
- BERQUÓ, E. S. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A. L. & DEBERT, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papius, 1999. (Coleção Vivacidade).
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CAMARANO, A. A. *Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio: Ipea, 1999.
- CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Abep, 2004.
- CECCHETTO, F. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- CHAYANOV, A. V. The theory of peasant economy. In: THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R. E. F. (Eds.). *A. V. Chayanov on the Theory of Peasant Economy*. Homewood: American Economic Association, Richard Irwin, 1966.
- COUTO, M. T. *et al.* O homem na atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 14(33): 257-270, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/icse/v14n33/a03v14n33.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2011.
- DALSGAARD, A. L.; FRANCH, M. & SCOTT, P. Dominant ideas, uncertain lives: the meaning of youth in Recife. In: HANSEN, K. T. *et al.* (Eds.). *Youth and the City in the Global South*. Bloomington: Indiana University, 2008.
- DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.
- FRANCH, M. *Tempos, Contratemplos e Passatemplos: um estudo sobre práticas e sentidos de tempo entre jovens populares do Grande Recife*, 2008. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FORTES, M. Introduction. IN: GOODY, J. (Ed.). *The Developmental Cycle of Domestic Groups*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, 1: 67-110, 1993.
- GOUGH, K. V. & FRANCH, M. Spaces of the street: socio-spatial mobility and exclusion of youth in Recife. *Children's Geographies*, 3(2): 149-166, 2006.
- HERMES JUNIOR, I. A vulnerabilidade social dos trabalhadores. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 8 dez. 2010. Disponível em: <www2.forumseguranca.org.br/node/24083>. Acesso em: 4 mar. 2011.
- HITA, M. G. Pobreza, composición familiar y inclusión social: arreglo matriarcal en un Brasil negro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: POBREZA, EXCLUSIÓN Y DISCRIMINACIÓN ÉTNICO-RACIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2006, Cali. *Anais...* Cali: Clacso-Crop, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Manual do Recenseador*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em <www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/anexos/coleta/anexo86.pdf>. (Versão preliminar disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0781.pdf>).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Série Estudos e Pesquisas, 9)

- JELIN, E. Las familias en América Latina. In: SALINAS, C. et al. (Orgs.). *Familias*. Santiago de Chile: Siglo XXI, Isis Internacional, 1994.
- JOHNSON-HANKS, J. On the limits of life stages in Ethnography: toward a theory of vital conjunctures. *American Anthropologist*, 104(3): 865-880, 2002.
- KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos: corpo, saúde e doença*, 9, ano 4: 103-117, 1998.
- LAGES, W. *Uma Andorinha só Não Faz Verão: um estudo sobre a velhice feminina e a sociabilidade num bairro popular recifense*, 2007. Dissertação do Mestrado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. *Mana*, 5(2): 31-60, 1999.
- MOTTA-MAUÉS, M. A. Na casa de mãe, na casa do pai: anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças. *Revista de Antropologia*, 47(2): 427-452, 2004.
- MULLER, E. *Transição é a Vida Inteira: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez*, 2008. Tese de Doutorado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- NASCIMENTO, P. Antropologia, feminismo e masculinidades, ou o que os papudinhos de Camaragibe tem a ver com o debate sobre os homens no feminismo. In: BONETTI, A. & FLEISCHER, S. (Orgs.). *Entre Pesquisar e Militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militâncias feministas*. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007.
- NEVES, D. P. Nesse terreno galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico*, 83: 199-221, 1985.
- OBSERVATÓRIO PE. *Microdados de Recife: censo demográfico 2000*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, 2002.
- ORTNER, S. B. *Making Gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.
- ORTNER, S. B. Poder e projeto: reflexões sobre agência. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C. & FRY, P. H. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira da Antropologia – Goiânia. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PERES DA COSTA, M. L. B. M. *Família de Pobre/Família de Rico: família de jovem/família de velho*, 1983. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- PINA CABRAL, J. de. *O Homem na Família: cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- SALEM, T. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTI, B.; CAVALCANTI, M. L. & HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- SANTOS, G. M. N. C. dos. *Ele Ainda Canta de Galo: etnografando homens pobres no domínio da casa*, 2010. Dissertação de Mestrado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- SCOTT, P. Migrações interregionais e estratégia doméstica. *Relatório CNPQ*. Recife, 1984.
- SCOTT, P. Classe e discurso familiar sobre habitação e saúde. In: ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 1989, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 1989.
- SCOTT, P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, 73: 38-47, 1990.
- SCOTT, P. Gênero, família e saúde. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE, IV, 1991, Recife. *Anais...* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1991.
- SCOTT, P. Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, XI, 1998, Caxambu. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- SCOTT, P. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8): 61-72, 2001.
- SCOTT, P. Envelhecimento e juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva. In: MINAYO M. C. S. & COIMBRA JR., C. A. (Orgs.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- SCOTT, P. Gênero, família e comunidades: observações e aportes teóricos sobre o Programa saúde da Família. In: VILLELA, W. & MONTEIRO, S. (Orgs.). *Gênero e Saúde*. Rio de Janeiro, Brasília: Abrasco, UNFPA, 2005.
- SCOTT, P. Gerações, comunidades e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa. In: BARROS, M. L. (Org.). *Família e Gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCOTT, P. Trocando a casa e a rua: idosos e a inversão da construção de gênero em camadas populares urbanas. In: SCOTT, P. & QUADROS, M. (Orgs.). *A Diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- SCOTT, P. & FRANCH, M. Jovens, moradia e reprodução social: processos domésticos e espaciais na aquisição de habilidades e conhecimentos. *Estudos de Sociologia*, 7(1): 95-126, 2004.
- SOUTO-MAIOR, H. Famílias conviventes no Brasil e no Nordeste: uma análise comparativa dos Censos de 1970 e 1980. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XVI, 1992, Caxambu.
- UCHOA, R. S. Gerações e saúde: um estudo de caso dos jovens. In: SCOTT, P. (Coord.). *Saúde e Pobreza no Recife: poder, gênero e representações de doenças no bairro do Ibura*. Recife: Nusp, Editora Universitária da UFPE, 1996.
- VILLELA, W. & MONTEIRO, S. (Orgs.). *Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão*. Rio de Janeiro, Brasília: Abrasco, Fundo de População das Nações Unidas, 2005.
- WOORTMANN, K. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro, Brasília: Tempo Brasileiro, CNPq, 1987.